



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
Escola Superior de Tecnologia de Tomar
Departamento de Arte, Conservação e Restauro
Curso de Mestrado em Conservação e Restauro

DISCIPLINA DE HISTÓRIA DE PORTUGAL I

1º Ano

Ano Lectivo: 2009/2010

Docente: Prof.Doutor Fernando Larcher

Equip. Prof. Adjunto

Regime: Semestral (1ºSemestre)

Carga Horária: T:30; TP:15; OT:2

ECTS: 4

PROGRAMA DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DE PORTUGAL I

I. Objectivo da Cadeira

O presente programa, destinado a alunos do curso de Mestrado em Conservação e Restauro, procura em primeiro lugar corresponder ao objectivo de dar uma visão global da História de Portugal, dado que os alunos não tiveram esta matéria na licenciatura. Atendendo a que embora teoricamente os alunos possuam já uma formação anterior liceal, mas que a experiência tem vindo a provar que em muitos casos é muito insuficiente, optou-se por uma revisão sistemática, na qual se procuram abrir perspectivas mais profundas. Tal permite vir a adaptar pontualmente o ensino com maior ou menor incidência sobre um ou outro aspecto conforme se vier a mostrar mais aconselhável, e aprofundar determinados pontos sempre que tal se mostre aconselhável.

Trabalhar-se-ão, fontes documentais, base indispensável da metodologia dum critério de seriedade de investigação, procurando fazer-se uma aproximação a aspectos relevantes para o património cultural.

II. Programa

Parte I. A Afirmação da Identidade Portuguesa: A Formação do Reino de Portugal no Contexto da *Respublica Christiana* (1095/96-séc.XIII)

Parte II. A Afirmação Portuguesa como Nação (1279-1385)

Parte III. A Afirmação do Estado. Sob a Dinastia Directa de Avis (1385-1495)

Parte IV. A Afirmação Portuguesa como Império. Sob a Dinastia Avis-Beja (1495-1578)

Parte V. Portugal sob a União Pessoal com Espanha (1580-1640)

Parte VI. A Reafirmação Portuguesa: A Restauração (1640-1668)

PARTE I

A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PORTUGUESA:

A FORMAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL NO CONTEXTO DA *RESPUBLICA CHRISTIANA*

CAP.I. Do Condado ao Reino (1095/96 - 1165/79)

CAP.II. O Reino de Portugal na Ordem da *Respublica Christiana* (1179- meados do séc.XIII)

CAP.III. O Fim de um Período

CAPÍTULO I

DO CONDADO AO REINO

(1095/96 - 1165/79)

I. Contexto do nascimento de Portugal

1. Conceito de *Respublica Christiana*
2. Os fundamentos da doutrina política medieval

II. O Condado Portucalense

1. No contexto da reconquista, de Leão nasce o Condado Portucalense
O imperador Afonso VI (1072-1109), as suas conquistas e a sua acção
2. A natureza jurídica do Condado
 - 2.1. a concessão a D.Teresa e a D.Henrique (1095/1096)
 - 2.2. o título jurídico na atribuição do condado; o carácter hereditário; as atribuições dos condes de Portugal

III. O Governo do Condado

1. O governo dos condes D.Henrique (1095-1109/1111-1112) e D.Teresa viúva (1112-1128)
2. O condado sob D.Afonso Henriques (*post* 1128)
 - 2.1. A entrega do governo a D.Afonso Henriques após o recontro de S.Mamede a 24 Junho de 1128
 - 2.2. A evolução da reconquista:

- seus progressos: até 1138; a questão da batalha de Ourique em 1139; o ataque à província da Belata e a conquista da linha do Tejo em 1147-1148: Santarém, Lisboa, Sintra, Palmela; o avanço no Alentejo: Alcácer do Sal, Évora, Beja.

Aditamento: o problema da conquista de Abrantes em 8 Dez.1143

- seus retrocessos: as invasões almóadas: 1170-1184

2.3. As ordens militares e a reconquista:

2.3.1. os Templários: sua área de expansão; a acção de Gualdim Pais.

Aditamento: a fundação de Tomar em 1160, o povoamento de Ceras e Asseiceira; o Castelo de Almourol em 1170; a fundação da Golegã e Casével.

2.3.2. os Hospitalários, a Ordem de Santiago e a Ordem de Calatrava

Aditamento: a concessão de Abrantes à Ordem de Santiago

2.4. As Ordens monásticas e o povoamento:

2.4.1. a ordem de S.Bento, os cónegos Rebrantes de Santa Cruz, a ordem de Cister

2.4.2. os grandes mosteiros: Santa Cruz de Coimbra (c.1130), São Vicente de Fora (1147), Santa Maria de Alcobaça (1153)

IV. O Processo de emancipação e de reconhecimento do reino

1. O processo de emancipação *de facto*

1. a afirmação de legitimidade própria: a invocação da investidura divina

1.1. Portugal perante a monarquia leonesa

2. O reconhecimento *de jure*

2.1. o estatuto transitório de autonomia. O processo de 1143 a 1165

2.1.1. o reconhecimento tácito da autonomia portuguesa face à monarquia leonesa em 1143 pelo Tratado de Zamora; as reservas leonesa e castelhana ao estatuto da independência

2.1.2. o longo processo de reconhecimento pela Santa Sé

- o quadro geral: a nova concepção de poder pontifício inaugurada por Alexandre III (1159-1181)
- o preito de vassalagem e o censo à Santa Sé no contexto da época
- dois documentos fundamentais: carta *Claves Regni Caelestis* e carta *Devotionum tuam*

2.2. o estatuto de independência de Portugal


2.2.1. o reconhecimento pela monarquia leonesa em 1165 na conferência de Pontevedra

2.2.2. o reconhecimento pela bula *Manifestis probatum est* de 23 de Maio de 1179: o documento: a chapa da chancelaria; a legitimidade apostólica do reconhecimento; a incidência da bula: pessoa do rei, reino, lugares a conquistar, herdeiros directos do reino, submissão à jurisdição de S.Pedro, garantia apostólica do reino.

CAPÍTULO II

O REINO DE PORTUGAL NA ORDEM DA *RESPUBLICA CHRISTIANA*

(1179 – meados sécXIII)

- 
- I. A Supremacia pontificia na Ordem Portuguesa
 1. as confirmações da coroa aos sucessivos monarcas
 2. as cartas com a exigência de cumprimento de obrigações censitárias
 3. a ameaça papal à soberania do monarca sobre o reino
 4. as advertências pontificias a D.Afonso II e D.Afonso III
 5. a destituição do exercício do poder de D.Sancho II. A bula *Grandi non immerito* de 24 Ago.1245; o Auto de Juramento de D.Afonso, conde de Bolonha, de 8 Set.1245

- II. A Estrutura Institucional

- II.A. A Administração Central

1. O Estatuto da Realeza:
 - 1.1. a sucessão, a regência e a co-regência
 - 1.2. a função régia
 2. As Cúrias; a Cúria plena de D.Afonso II de 1211 e as primeiras leis gerais do reino
 3. Os ministros da Corte no início da monarquia: o alferes-mór, o mordomo da coroa, o chanceler, o porteiro-mor

- II.B. A Administração Local

1. A administração local subordinada à coroa: as terras e o julgado
 2. As terras senhoriais
 - 2.1. terras imunes: coutos, honras e beatrias
 - 2.2. a intervenção régia nas terras imunes: inquirições gerais e confirmações
 3. Os Concelhos
 - 3.1. conceito
 - 3.2. a carta de foral
Aditamento: o foral de Abrantes de 1179
 - 3.3. classificação dos concelhos
 - 3.4. a organização municipal

- II.C. O Estatuto das Minorias: Mouros e Judeus

- III. A Acção

- O Progresso da Reconquista

- D.Sancho I e as conquistas do Algarve: Alvor e Silves
- A invasão de Almançor
- A reconquista de Alcácer do Sal, 1217
- D.Sancho II e a reconquista de 1226 a 1239

CAPÍTULO III

O FIM DE UM PERÍODO

A Definição das Fronteiras Nacionais e o Início da Clara Afirmação do Poder Régio

A Regência (1245-1248) e o Reinado de D.Afonso III (1248-1279)

I. A Definição das Fronteiras Nacionais

1. A conquista do Algarve com o apoio da Ordem de Santiago, em 1249
2. A Guerra com Castela pela posse do Algarve, em 1250
3. O Tratado de Badajoz de 1267 referente à posse do Algarve

II. A Fixação da Capital

III. O Início da Clara Afirmação do Poder Régio

O conflito com a Igreja:

- o interdito sobre o reino lançado em Fevereiro de 1277 e só resolvido no reinado de D.Dinis no pontificado de Nicolau IV

IV. As Cortes

- as Cortes de Leiria de 1254, com a participação certa dos concelhos
- as Cortes de Coimbra de 1261, em que seguramente os concelhos deliberam

PARTE II

A AFIRMAÇÃO PORTUGUESA COMO NAÇÃO

(1279 - 1385)

CAPÍTULO I

O PERÍODO DA DINASTIA BORGONHA-BOLONHA POST AFONSO III
(1279-1383)

§ 1º

As Grandes Linhas

1. O Contexto Europeu da Emancipação dos Reinos face ao *Sacerdotium* e ao *Imperium*

A Invocação da *Plenitudo Potestatis* pelos Reis nos seus Reinos

1.1. O fim da Supremacia Pontifícia:

1.1.1. a Nação contra o *Sacerdotium* e o *Imperium*; o “renascimento” do

poder temporal

- a dobragem do séc.XIV para o XV e o fim da *respublica christiana*
os conflitos de Filipe o Belo e Luís da Baviera com o Papado

- as doutrinas políticas

1.1.2. As sucessivas manifestações de debilidade da *autoritas pontificia*: o segundo cativo da Babilónia e o *Grande Cisma* (1378-1417)

1.2. A Negação da *Jurisdictio Imperii*

2. Portugal em ruptura com as realidades derivadas das concepções político-institucionais do Mundo Medieval.

2.1 A Afirmação do Reino versus *Sacerdotium*

O Beneplácito Régio

2.2 A Negação da noção imperial de *dominium mundi*: a *exemptio imperii*

2.3. A Abolição Perpétua dos laços feudais com Castela

- o problema do Algarve

§ 2º

Os Monarcas e a sua Acção
De D.Dinis a D.Fernando

I. O Reinado de D.Dinis (1279-1336)

1. A Família Real e os seus Problemas

- a personalidade de S.ta Isabel
Aditamento: Abrantes terra da rainha S.ta Isabel por doação de 1281
- a guerra civil com o infante D.Afonso (1281). O acordo de 1299
- o conflito de D.Dinis com o infante D.Afonso Sanches
- a revolta de D.Afonso e a guerra civil (1321-1324)

2. A Afirmação da Nação

- as fronteiras definitivas
 - a demarcação final das fronteiras já no reinado de D.Dinis: o Tratado de Alcanices (1297)
- a acção administrativa
- a língua e a cultura; a fundação da Universidade

- a nacionalização das ordens militares
- a Ordem de Cristo:
 - a extinção da Ordem do Templo pelo papa Clemente V em 1312
 - a reacção dos monarcas peninsulares
 - a bula *Ad ea quibus* de 14 de Março de 1319, criando a Ordem de Cristo com sede em Castro Marim
 - Aditamento: a transferência em 1357 da sede da Ordem para Tomar

II. O reinado de D.Afonso IV (1336-1357)

As guerras com o seu meio irmão Afonso Sanches (+1329)

A grande peste do Outono de 1348

O caso de Inês de Castro e as suas implicações: a execução de Inês (7 Jan.1355). A guerra civil de 1355-1356. O acordo de Canaveses de 5 Ago.1356

II.a. A coregência D.Pedro com D.Afonso IV (Ago.1356-Maio 1357). Nos termos do acordo de Canaveses, o príncipe passa a exercer jurisdição no reino por seus ouvidores, em nome do Rei e em harmonia com as leis, salvo nos casos de morte e nas condenações de perdas de grandes ofícios e de terras de vassallos em que se devia conhecimento ao rei antes da execução da sentença para sobre ela determinar o que houvesse por bem

O beneplácito régio da iniciativa do príncipe (1356)

III. O reinado de D.Pedro (1357-1367)

IV. O reinado de D.Fernando (1367-1383)

1. As guerras com Castela e os sucessivos contratos de casamento de D.Beatriz. Referência global
2. A fundamentação da intervenção de D.Fernando em Castela: o assassinio de Pedro, o *Cruel*, por seu irmão Henrique II de Trastâmara
3. A primeira guerra com Castela (1369-1370)
 - a aliança de D.Fernando com Aragão e com o Reino de Granada
 - a derrota militar, o tratado de paz, negociado por mediação papal, e o compromisso de D.Fernando de casamento com D.Leonor filha do Rei de Castela
4. O casamento com D.Leonor Teles em Abril de 1371 e o nascimento de D.Beatriz em 1372
5. A Aliança Inglesa. O Tratado de Tagilde de 10 Jul.1372
6. A segunda guerra com Castela (1372-1373)
 - a ocupação de Lisboa extra-muros por Henrique II de Castela
7. As medidas de Fomento: a lei das Sesmarias de 28 Maio de 1375, a protecção ao comércio marítimo
8. O início do *Grande Cisma* em 1378 e a posição portuguesa


9. A terceira guerra com Castela (1381-1382)
10. O contrato de casamento de D.Beatriz com D.Duarte, filho do Conde de Cambridge, em 1381
11. O contrato de casamento de D.Beatriz com D.Fernando filho segundo de D.João I de Castela
12. A escritura de Salvaterra de Magos e as suas cláusulas

CAPÍTULO II

PORTUGAL AFIRMA A SUA IDENTIDADE VERSUS CASTELA

(1383-1385)

- I. A morte de D.Fernando (22 Out.1383)
- II. A efêmera regência de D.Leonor Teles (Out.1383-Jan.1384)
 - a aclamação de D.Beatriz
 - o assassinio do conde Andeiro e a rebelião de Lisboa (6 Dez.)
 - a fuga de D.Leonor Teles para Alenquer (13 Dez.)
 - o mestre de Aviz aclamado regedor e defensor do reino (16 Dez.)
 - o fim da regência de D.Leonor Teles: a cedência dos direitos de regência a seu genro em Santarém a 13 Jan.1384
- III. As regências do Mestre de Aviz (Dez.1383-Out.1384 / Out.1384-Abril 1385)
 - III.1. A regência de Dez.1383 a Out.1384
 - os órgãos
 - A) O “Regedor e Defensor”
 - as circunstâncias
 - a intitulação do Mestre
 - B) O Conselho do Regedor e Defensor
 - C) A Criação da Casa dos Vinte e Quatro
 - os acontecimentos
 - a invasão do reino por D.João de Castela (Jan.-Out.1384). O cerco de Lisboa (8 Fev.-3 Set.1384)
 - III.2. A regência de Out.1384 a Abr.1385
 - a solene confirmação de homenagem prestada ao Mestre de Aviz como regente em 2 e 6 de Out.de 1384
 - a deliberação de convocação de Cortes em 2 Out.1384
- IV. A definição jurídica da questão: As Cortes de Coimbra (Março 1385)
 1. A ordem de trabalhos

- 
- 1.a. atribuição da coroa
 - 1.b. financiamento da guerra
 - 1.c. formulação dos capítulos dos três estados
 2. Os representantes dos braços presentes
 3. A estratégia e argumentação do Doutor João das Regras quanto aos direitos dos candidatos
 4. A conclusão da vacatura do trono e a competência das Cortes para escolherem livremente um novo rei
 5. Eleição de D.João, Mestre de Aviz (6 Abr.)
 6. O projecto constitucional das Cortes

V. A definição militar da situação: A Batalha de Aljubarrota

1. Das Cortes de Coimbra a Aljubarrota
Aditamento: Tomadas de posição em Abrantes. Nuno Álvares em Abrantes. O encontro de Nuno Álvares com D.João I em S.Lourenço (Tomar). A posição do último mestre da Ordem de Cristo, D.Lopo Dias de Sousa, sobrinho de D.Leonor Teles.
2. A Batalha de Aljubarrota como marco decisivo

VI. A política diplomática face ao confronto: A Aproximação da Inglaterra

1. O Tratado de Windsor de 9 de Maio
2. O Tratado entre o rei de Portugal e o duque de Lancastre de Nov.de 1386
3. O casamento de D.João I com D.Filipa de Lancastre

VI. As sequelas com Castela: Confrontos, Tréguas e Pazes

Evolução das relações até ao tratado de paz de 31 de Out.de 1411

PARTE III

A AFIRMAÇÃO DO ESTADO

SOB A DINASTIA DE AVIZ DIRECTA

(1385 - 1495)

I. Considerações globais sobre o período. Os alvares do Estado na Europa do início da Idade Moderna

II. Os Tempos de D.João I (1385-1433)

1. A Casa de Avis

- a ínclita geração e as suas alianças

- as casas ducais de Coimbra e Vizeu constituídas aquando da empresa de Ceuta
- a origem da Casa de Bragança: D.Afonso, 8º conde de Barcelos e 1º duque de Bragança

2. O Rumo das novas fronteiras

2.1. a Conquista de Ceuta (1415)

- a preparação da empresa
- a fundamentação da conquista
- a conquista e as subsequentes reacções mouras. O cerco de 1419.

2.2. D.Henrique administrador da Ordem de Cristo (1420)

3. A Administração e as Cortes no reinado de D.João I

4. A Associação de D.Duarte e D.João I no final do reinado

Aditamento: a doação de Abrantes a Fernão Álvares de Almeida, progenitor dos condes e marqueses de Abrantes, em 1400

III. O Reinado de D.Duarte (1433-1438)

1. A Lei Mental, promulgada nas cortes de Santarém de 1434

2. A política marroquina

- as cortes de Évora de 1436
- o desastre de Tânger
- as cortes de Leiria de 1438

3. A acção ultramarina do Infante D.Henrique

IV. A Menoridade de D.Afonso V e a acção de D.Pedro, duque de Coimbra (1438-1448)

1. O Problema da Regência

1.1. a regência de D.Leonor (Set.-Nov.1438)

1.2. as cortes de Torres Novas e o *Regimento do Reino*. A regência de D.Leonor e D.Pedro (Nov.1438-Dez.1439)

1.3. a regência de D.Pedro (Dez.1439-Jan.1446)

1.4. a renovação da regência em D.Pedro nas Cortes de Lisboa (Jan.1436-Jul.1448)

2. A Acção do Regente D.Pedro (1439-1448)

2.1. Traços globais da sua acção

2.2. A Política dos descobrimentos. A concessão a D.Henrique, duque de Viseu e 8º mestre da Ordem de Cristo, do monopólio da navegação guerra e comércio das terras além Bojador

2.3. A criação do título de Duque de Bragança (1442)

2.4. As *Ordenações Afonsinas*, 1446. O proémio e os seus 5 livros

V. O Reinado Pessoal de D..Afonso V (1448 -1481)

V.A. O Reinado até à Intervenção na questão sucessória Castelhana (1448-1475)

1. O Início do exercício do poder régio por D.Afonso V (1448) e o drama de Alfarrobeira (1449): causas, desenlace, repercussões

Aditamento: a transladação do corpo de D.Pedro para Abrantes

2. A Ideia de Cruzada em D.Afonso V
 - 2.1. a adesão ao frustrado projecto de libertação de Constantinopla, perdida em 1453, demarcando a tradicional divisão entre as IDADES MEDIEVAL e MODERNA
 - 2.2. a cruzada no Norte de África
 - 2.2.1. a conquista de Alcácer Ceguer (1458)
 - 2.2.2. as campanhas de Marrocos de 1463 a 1471
3. O reconhecimento pontifício das direitos às terras descobertas
 - 3.1. a bula de Nicolau V *Romanus Pontifex* de 1454
 - 3.2. a bula de Calisto III *Inter Cetera quae nobis* de 1456
4. As Casas Senhoriais de Bragança e Viseu-Beja
 - a morte do Infante D.Henrique (1460)
 - D.Fernando, 1º duque de Beja e 2º de Viseu, 9º mestre da Ordem de Cristo e responsável pelos descobrimentos (1460-1470) e sua mulher e prima D.Beatriz, regente da Ordem na menoridade dos seus filhos

V.B. Os últimos 6 anos do reinado: Do envolvimento na sucessão de Castela à morte de D.Afonso V (1475-1481)

5. As Pretensões ao trono de Castela, o seu fracasso e o doloroso final do reinado
 - 4.1. A sucessão de Henrique IV (+11 Dez.1474): D.Joana e D.Isabel
 - 4.2. A questão do casamento de D.Afonso V com sua sobrinha. As reivindicações de D.Afonso V
 - 4.3. A Batalha de Toro (2 Março 1476)
 - 4.4. As diligências de D.Afonso V em França e na Borgonha (1476-1477). A episódica abdicação por D.Afonso V da coroa em seu filho, em carta datada de Honfleur, França, 23 Set.1477
 - 4.5. As negociações da paz
 - 4.5.1. o tratado das Terçarias de Moura (1479)
 - 4.5.2. a paz das Alcáçovas (4 Set.1479)

VI. O Reinado Centralizador de D.João II (1481-1495)

1. As Cortes de 1481 e o juramento de menagem imposto à nobreza
2. A política de centralização do poder
 - as conjuras de 1438-1484, a execução do duque de Bragança (29 Jun.1483) e o assassinio do duque de Viseu e de Beja D.Diogo (28 Ago.1484)
3. A política atlântica
 - 2.2. O avanço das descobertas
 - 2.3. A bula *Inter caetera* de 1493 e o Tratado de Tordesilhas (7 Jun.1494)
4. A acção no norte de África
5. A políticas peninsular: o frustrado projecto de união peninsular na pessoa do príncipe D.Afonso. O seu casamento com D.Isabel, filha primogénita dos Reis Católicos (Nov.1490)

6. A morte do príncipe D.Afonso (1491)
7. O nebuloso fim do reinado

Aditamento: o nascimento em Abrantes, no ano de 1481, do infante D.Jorge, progenitor dos duques de Aveiro; sua entrega por D.João II ao conde de Abrantes.

PARTE IV

A AFIRMAÇÃO PORTUGUESA COMO IMPÉRIO

SOB A DINASTIA AVIS-BEJA

(1495-1580)

I. O Reinado de D.Manuel (1495-1521)

1. A ascensão ao trono do 4º Duque de Beja (Out.1495): enredos e implicações
2. A ideia de União Pessoal de Portugal, Castela e Aragão como cerne da política real
 - 2.1. o casamento com D.Isabel (1497), as Cortes de Lisboa de Março de 1498, o juramento dos Reis de Portugal como herdeiros do trono de Castela na catedral de Toledo (Abr.-Maio 1498) e o problema do trono de Aragão
 - 2.2. o nascimento do príncipe D.Miguel da Paz e a morte da rainha D.Isabel (24 Ago.1498), o regresso de D.Manuel a Portugal em Out.1498, o juramento do príncipe D.Miguel como herdeiro do trono de Portugal nas Cortes de Fev.de 1499, a carta de privilégio de D.Manuel estabelecendo o regimento do reino em caso de união peninsular.
 - 2.3. o casamento com D.Maria de Castela
 - 2.4. a morte de D.Miguel em Granada (20 Jul.1500) e o desfazer da união peninsular a favor da integração de Castela e Aragão na Casa de Áustria
3. A política legislativa
 - 3.1. a reforma dos tribunais superiores
 - 3.2. a reforma dos forais e os trabalhos prévios complementares
Aditamento: o foral novo de Abrantes de 1510
 - 3.3. as Ordenações Manuelinas (1512) e a sua versão definitiva de 1521
4. A política face às minorias judaica e moura
 - 4.1. da política de tolerância ao decreto de 1496, por ocasião do casamento com a filha dos Reis Católicos: a obrigatoriedade da conversão sob pena de expulsão
 - 4.2. a lei de 4 de Maio de 1497 proibindo que se indague das crenças dos novos convertidos

- 4.3. o alvará de 1499 dificultando a saída do Reino aos conversos
5. A política ultramarina
- 5.1. A expansão ultramarina para o Oriente e Brasil
- 5.1.1. a viagem marítima à Índia (1497-1498)
 - 5.1.2. a armada à Índia de Pedro Álvares Cabral: a descoberta do Brasil em Abril de 1500, a acção na Índia, nomeadamente o levantamento da feitoria de Cochim
 - 5.1.3. a armada de Vasco da Gama de 1502
 - 5.1.4. a acção do vice-Rei D.Francisco de Almeida, filho dos condes de Abrantes, e a política do domínio dos mares
 - 5.1.5. o plano de Afonso de Albuquerque
 - 5.1.6. as grandes conquistas estratégicas: Goa em Novembro de 1510, Malaca em 1511, Ormuz em 1515
 - 5.1.7. a expansão no oriente a partir de 1515
- 5.2. Os descobrimentos no Atlântico
- 5.3. A política marroquina: a edificação do castelo real face à ilha de Mogador (1506), a conquista de Safim (1508), a conquista de Azamor (1513)
6. A ideia de cruzada mediterrânica em D.Manuel
Aditamento: a carta de D.Manuel I ao cardeal Cisneros, datada de Abrantes, 2 Março 1506
7. A Assistência: a rainha viúva regente D.Leonor e a fundação das Misericórdias em 15 de Agosto de 1498
Aditamento: a fundação da Misericórdia de Abrantes em 1504

II. O Reinado de D.João III (1521-1557)

1. O Governo
- 1.1. o acentuar da linha absolutista
 - 1.2. o aperfeiçoamento da máquina administrativa do Estado
 - 1.3. a espaçada reunião das Cortes
2. A política eclesiástica em tempos da ruptura protestante e da reforma católica
- 2.1. o estabelecimento da Inquisição. As hesitações da Santa Sé; a bula de instauração do Santo Ofício de 13 de Maio de 1536
 - 2.2. a criação de novas dioceses
 - 2.3. a presença de Portugal no Concílio de Trento
 - 2.4. D.João III e a Companhia de Jesus
3. A política ultramarina
- 3.1. o abandono das praças do Norte de África
 - 3.2. a decadência no Oriente
 - 3.3. o Brasil

- 3.3.1. a tentativa de povoamento
- 3.3.2. do sistema das capitanias ao governo central de Tomé de Sousa (1549-1553)
- 3.3.3. a questão das Molucas
- 4. As intensas relações diplomáticas com a Europa
- 5. A política cultural e a reforma da Universidade

III. O Reinado de D.Sebastião (1557-1578)

III.A . As Regências na menoridade de D.Sebastião (1557-1568)

1. A Regência de D.Catarina (1557-1562)
 - 1.1. o fundamento da sua designação como regente
 - 1.2. traços da sua acção
 - 1.3. a renúncia à regência nas Cortes de 1562
2. A Regência de D.Henrique (1562-1568)
 - 2.1. a sua acção governativa
 - 2.2. a recepção dos decretos do Concílio de Trento
 - 2.3. acontecimentos no Império: a fundação do Rio de Janeiro (1565)

III.B . D.Sebastião no exercício do poder régio (1568-1578)

1. o exercício do governo
2. a política ultramarina. A fundação de Luanda (1575)
3. a política marroquina e a catástrofe de Alcácer Quibir

IV. De Alcácer-Quibir à União Pessoal de Espanha e Portugal (1578-1581)

IV.A . Atitude face às primeiras notícias da derrota e da morte de D. Sebastião

- D.Henrique proclamado curador, governador e sucessor do reino em 22 de Ago.

IV.B . O Reinado do Cardeal D.Henrique (1578-1580)

1. a aclamação de D.Henrique, depois da confirmação da morte de D.Sebastião, em 28 Ago.
2. o resgate dos cativos
3. os candidatos à sucessão
 - aditamento: o desterro de D.António em Constância
4. as cortes inconclusivas de 1579
5. as cortes de Almeirim-Santarém de 1580
6. a morte de D.Henrique (31 Maio 1580)

IV.C. O Interregno (1580 - 1581)

1. o Período dos Governadores
2. a realza de D.António. Sua aclamação em Santarém a 19 de Jun.;

- a batalha de Alcântara (25-26 Ago.)
3. da sentença dos Governadores às Cortes de Tomar (17 Jul.1580-
Abril 1581)

PARTE V

PORTUGAL SOB A UNIÃO PESSOAL COM ESPANHA

(1580-1640)

I. O conceito de União Pessoal

II. As Cortes de Tomar de 1581

1. o estabelecimento da União Pessoal
2. as garantias de salvaguarda do estatuto do Estado português
3. a organização do poder político estabelecido
 - 3.1. o estatuto da realeza
 - 3.2. as autoridades supremas decorrentes da união pessoal: vice-Rei/
Governadores, Conselho de Portugal
 - 3.3. as Cortes

III. A evolução da União Pessoal: da política de Filipe I à do Conde Duque de Olivares

1. Filipe I (1581-1598)
 - 1.1. Filipe em Portugal (1581-1583)
 - a resistência da Ilha Terceira (1580-Jul./Ago.1583)
 - as Cortes de 1583
 - 1.2. O governo do Cardeal Alberto (1583-1593)
 - 1.3. O período dos governadores (1593-1599)
2. Filipe II (1598-1621)
 - 2.1. A primeira vice-realeza de D.Cristóvão de Moura (1600-1603)
 - 2.2. As vice-realezas de D.Afonso Castelo-Branco e de D.Pedro de Castilho
 - 2.3. A segunda vice-realeza de D.Cristóvão de Moura (1608-1612)
3. Filipe III (1621-1640); os tempos de Olivares (1621-1634)
 - 1.1. a vice-realeza do conde de Basto (1633-1634)
 - 1.2. o governo da duquesa de Mântua (1634-1640)
 - tumultos em Portugal (1637-1639)
 - a conjuntura internacional

IV. As reformas da administração e da justiça

- 1.1. as Ordenações Filipinas, mandadas imprimir e publicar por lei de 5 Jun.1595, mas que só vêm a publico em 1603

V. O Império

1. Decadência e atribuições numa época de viragem. Do *mare clausum* ao *mare liberum*
 - 1.1. O significado da derrota da Invencível Armada nos domínios marítimos peninsulares

- 1.2. Grotius e o *mare liberum*. A resposta de Serafim de Freitas
 - 1.3. As nações do norte da Europa no Índico e no Pacífico e os seus ataques aos domínios portugueses
 - 1.4. O Brasil perante a ameaça holandesa
2. A "conquista" da Amazónia no contexto da união peninsular: a viagem amazónica de Pedro Teixeira

PARTE VI
A RESTAURAÇÃO
(1640-1668)

I. A Restauração como acontecimento

I.A. A Restauração em Portugal Continental

I.A.a. Os passos imediatos

1. o *Primeiro de Dezembro* e a organização de uma *Junta provisória do governo*
2. a vinda de D.João para Lisboa
3. as Cortes de Lisboa de 1641
4. a conspiração contra D.João IV

I.A.b. A teoria política da Restauração

I.A.c. O novo direito constitucional

As Actas das Cortes de Lamego: seu aparecimento, o problema da sua apocrifidade, o seu conteúdo

Aditamento: o primeiro jornal português - a *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve nesta Corte e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641*

I.B. A Restauração no Ultramar

I.B.a. nos Açores e Madeira

I.B.b. no Norte de África

I.B.c. na África ao Sul do Sara

I.B.d. no Oriente

I.B.e. no Brasil

II. Os inícios da longa Guerra da Restauração e o Reinado de D.João IV (1640-1656)

II.A . A frente espanhola

1. os limites da acção espanhola: a *Guerra dos Trinta Anos*, a sublevação da Catalunha, a tentativa cisionista da Andaluzia chefiada pelo duque de Medina Sidónia
2. o decurso da guerra no reinado de D.João IV. A batalha do Montijo (1644)

II.B . A frente diplomática europeia

II.C . A frente interna: traços fulcrais da administração durante o reinado

1. as reformas da administração central: a criação do Conselho de Guerra (1640), da Junta dos Três Estados (1643) e do Conselho Ultramarino (1643). A reforma do Conselho da Fazenda (1642)
2. a criação da Casa do Infantado (1654-1655) a favor do infante D.Pedro
Aditamento: a doação à Casa do Infantado das rendas da Ordem de Cristo de que o infante é nomeado comendador-mór (alvará de 22 Dez.1654)
3. a criação do ducado de Cadaval (1648)

II.D . A frente ultramarina: a frente holandesa entre tréguas e confrontos

III. A Regência de D.Luísa de Gusmão (1656-1662): acção militar e diplomática

1. a batalha das Linhas de Elvas (14 Jan.1659)
2. a aliança com a Inglaterra. O tratado de paz e aliança assinado em Lisboa a 23 Jun.1661, ratificado em Londres em 2 Jul.1662
 - Portugal pagaria 2 milhões de cruzados pelo dote da princesa (art.5º)
 - ceder-se-iam à Inglaterra Tânger (artº2º) e Bombaim (artº11º)
3. a partida de D.Catarina para Inglaterra (1662)
4. a oposição à regente e o termo da regência em 23 Jun.1662. O papel no afastamento da rainha do 3º conde de Castelo Melhor, do conde de Atouguia e de Sebastião César de Meneses

IV. O Reinado de D.Afonso VI de 1662 a 1667

1. o afastamento da Rainha regente: o golpe palaciano de 1662
2. o conde de Castelo Melhor escrivão da puridade e a sua acção. O regimento do escrivão da puridade de 12 Mar.1663
3. a batalha do Ameixial (8 Jul.1663), a batalha decisiva de Montes Claros (17 Jun.1665) e o fim efectivo da Guerra da Restauração
4. a morte de Filipe IV (17 Set.1665)
5. o golpe do infante D.Pedro em Setembro de 1667 e a queda de Castelo Melhor

Aditamento: o "primeiro jornalista português" - António de Sousa Macedo e o seu *Mercúrio Português* (1663-1666)

Na impossibilidade, e mesmo inutilidade, de apresentação duma bibliografia exaustiva indicam-se obras fundamentais de carácter geral, que se encontram ao acesso dos alunos.

A propósito de cada ponto da matéria será oportunamente indicada bibliografia específica.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

J.VERÍSSIMO SERRÃO, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, 3 v., Lisboa,

1972-1974

JOEL SERRÃO, dir., *Dicionário de História de Portugal*, 2ªed., 6 v., Porto, 1990 e respectivo Suplemento

HISTÓRIAS GERAIS DE PORTUGAL

A .H.DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, 12ªed., 3v., Lisboa, 1985

JOSÉ MATTOSO coord.de, *História de Portugal*, 8 v., Lisboa, 1992-1993

DAMIÃO PERES, dir.de, *História de Portugal*, ed.de Barcelos, 7v.+ 2 supl.+ ind., Porto, 1928-1981

J.VERISSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal*, 16 v., 1976 [⁴ 1995] -...

JOEL SERRÃO e A .H.DE OLIVEIRA MARQUES, *Nova História de Portugal*, em publicação, Lisboa, 1993-...

HISTÓRIAS GERAIS TEMÁTICAS DE PORTUGAL

FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, 2ªed., 4v., Porto, 1967

J.LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, 4ªed., Porto, 1988

MARCELLO CAETANO, *História do Direito Português*, 2ªed., Lisboa, 1985

Pe.MIGUEL DE OLIVEIRA, *História da Igreja em Portugal*, Lisboa, 2ªed., 1985

HISTÓRIAS GERAIS DOS DESCOBRIMENTOS E EXPANSÃO

JAIME CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, 3v., Lisboa, 1990

DUARTE LEITE, *História dos Descobrimentos*, 2 v., Lisboa, 1959

DAMIÃO PERES, *Descobrimentos Portugueses*, 2ª ed., Coimbra, 1959

IV. Avaliação

1. A avaliação consiste sucessivamente nas seguintes provas:

a) duas frequências, nas quais será necessário obter a média final de 10 (dez) valores para a aprovação na cadeira

b) um exame final escrito, para os alunos que não tiverem obtido aprovação na média das frequências, no qual é exigível também a classificação mínima de 10 (dez) valores, sob pena de exclusão

2. A apresentação de um trabalho escrito, pode permitir a soma de 1 (um) valor à média das frequências ou do exame final

fi at dt - out cadeira